

PARECER JURÍDICO

Processo nº 12497/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 054/2026

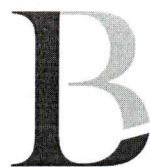
Objeto: Contratação da empresa DI PAULA PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA para apresentação de show musical com a dupla "DI PAULLO E PAULINO", a ser realizado no evento "18º Festival do Pequi" no Município de Crixás-GO.

Assunto: Parecer prévio sobre a Legalidade da Contratação.

Vem ao exame desta Assessoria o presente processo administrativo, que trata de contratação direta, por Inexigibilidade, da **empresa DI PAULA PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA para apresentação de show musical com a dupla "DI PAULLO E PAULINO", a ser realizado no evento "18º Festival do Pequi" no Município de Crixás-GO**, conforme destacado pela Agente de Contratação sendo encaminhado para elaboração de parecer jurídico (art. 53 da Lei n. 14.133/21), acerca da possibilidade de se proceder à referida contratação.

Examinando o referido processo percebe-se que o mesmo está instruído com os documentos e procedimentos que seguem: Solicitação; Termo de Referência; Carta de Exclusividade; Documentos da empresa; Comprovação de preço; Proposta; Declaração de Saldo Orçamentário e de compatibilidade com o PPA, LDO e LOA; Despacho da autoridade competente determinando a abertura do procedimento administrativo; Cópia do Decreto que nomeia a Agente de Contratação; Ato da Agente de Contratação opinando pela Inexigibilidade da referida contratação.

Preliminarmente deve-se destacar que a contratação direta pretendida, na hipótese de inexigibilidade de licitação, é perfeitamente



possível, vez que, encontra fundamento factual e legal, como articulado a seguir.

A Constituição da República impõe ao Poder Público o dever de observar o princípio instrumental da licitação, cujo escopo principal é propiciar a contratação mais vantajosa à Administração. É o que se observa:

Art. 37(...)

XXI- ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.(Grifou-se)

Como se nota, ao instituir o Princípio constitucional da Licitação, o legislador constituinte também já previu as hipóteses de exceção, são as denominadas contratações diretas, situações onde as licitações são tidas por inexigíveis, dispensadas ou dispensáveis. Entretanto, como a boa técnica hermenêutica nos impõem, a regra constitucional deve ser observado de forma mais extensível possível, ao passo que as exceções devem ser interpretadas de forma restritiva.

No caso em apreço, a contratação tem arrimo no estabelecido no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21, *in verbis*:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:



(...)

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

A inviabilidade de competição que alicerça a inexigibilidade de licitação para o setor artístico repousa sobre uma dupla condicionante legal, explicitada no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. Exige-se, de forma concomitante, a consagração do profissional pela crítica especializada ou pela opinião pública, associada à formalização do vínculo diretamente ou por intermédio de empresário exclusivo.

No caso sob apreço, o preenchimento do requisito material atinente à consagração da dupla "DI PAULLO E PAULINO" restou sobejamente demonstrado pela secretaria demandante.

O notório reconhecimento nacional do grupo artístico confere-lhe a singularidade necessária para o atendimento do interesse público subjacente às "18ª Festival do Pequi". Trata-se de festividade de acentuado valor histórico e identitário para a municipalidade, cuja atratividade e aderência junto ao público justificam a escolha discricionária do artista baseado no apelo e na consagração popular, legitimando o preenchimento da exigência legal.

Sob o aspecto da representação jurídica (requisito formal), impende destacar uma particularidade fundamental no caso sob apreço. Embora não conste dos autos um ato ou documento específico de exclusividade, os registros societários evidenciam que os próprios artistas compõem o quadro de sócios da empresa DI PAULA PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA. Sendo os músicos os próprios titulares da pessoa jurídica



contratada, detêm eles, por consequência lógica e inafastável, o direito de representação pessoal e direta da dupla. Tal configuração jurídica torna despicienda a exigência formal de uma carta de exclusividade — visto que configuraria a desarrazoada hipótese de os artistas outorgarem exclusividade a si mesmos

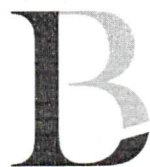
Portanto, demonstrada a singularidade do objeto e a exclusividade de sua representação, resta caracterizada a impossibilidade jurídica de estabelecer um procedimento concorrencial para alcançar o resultado pretendido pela Administração.

A regularidade das contratações diretas impõe o dever de demonstrar que o preço ajustado reflete a realidade de mercado, coibindo o superfaturamento e homenageando o princípio da economicidade, nos termos do artigo 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21. Para cumprir esse múnus fiscalizatório, foram colacionados aos autos documentos fiscais pretéritos emitidos pela própria empresa contratada em exhibições congêneres perante outras esferas da Administração Pública.

O confronto analítico de tais notas fiscais permite aferir que o valor global de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) guarda estrita equivalência com o histórico comercial habitualmente praticado pelo artista. Resta, pois, formalmente validado o preço por meio de uma amostragem de mercado fidedigna, comprovando que a municipalidade não sofrerá prejuízo financeiro e que as condições propostas se coadunam com a praxe comercial da banda.

Além disso, constam nos autos documentos que comprova a regularidade tributária, previdenciária e social da empresa.

Isto posto, verifica-se que todos os requisitos essenciais foram devidamente comprovados e documentados, notadamente:



BORGES & LOPES
ADVOGADOS ASSOCIADOS

- I. A inviabilidade de competição em face da natureza singular dos serviços.
- II. A consagração dos artistas em âmbito nacional
- III. A compatibilidade do preço com os praticados em mercado.
- IV. A correta instrução do feito.

Diante do exposto e da análise dos autos, conclui-se que a contratação de **DI PAULA PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA**, inscrito no **CNPJ/MF nº 07.506.295/001-11, Inexigibilidade nº 054/2026**, com base no Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, está em conformidade com a legislação vigente.

Assim, recomenda-se o prosseguimento do feito para a ratificação da inexigibilidade pela autoridade competente e a consequente assinatura do contrato.

É o parecer.

Crixás - GO, 16 de setembro de 2026.



ADEMAR LOPES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Assessor Jurídico
OAB/GO nº 41.993